

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

“Brasileiros” na escolarização de Portugal na segunda metade do século XIX

Wenceslau Gonçalves Neto*

Resumo: Na segunda metade do século XIX o Estado português não demonstrava condições de promover eficazmente a difusão da instrução elementar, implantando um sistema educacional como os que foram formados em diversos países europeus. Uma alavanca poderosa para secundar os esforços do Estado e municípios foi a ação de indivíduos que se propuseram criar, mobiliar e até manter o funcionamento de escolas. São cidadãos que pretendem deixar sua marca no desenvolvimento do município e, ao mesmo tempo, amealhar reconhecimento social. Um grupo importante desses beneméritos é constituído por emigrados que fizeram fortuna no Brasil – daí o codinome “brasileiros” –, que pretendem reverter parte do lucro pessoal em prol da comunidade de origem, em particular no cuidado da infância, por meio da criação de escolas.

Palavras-Chave: Escolarização portuguesa – Estado e educação – “Brasileiros”

Abstract: In the second half of the 19th century, the Portuguese state showed not to have the conditions to efficiently promote the elementary instruction, introducing an educational system which resembled those which existed in many European countries. A powerful support to back up the state and towns were the actions of the individuals who proposed to start schools and provide them with furniture to function. They were the citizens who intended to register their own name in the development of the town and county as well as to gather social recognition. An important group of those donators was formed by those who had become rich in Brazil – hence the name “Brazilians” – who had in mind to bring advantages in favor of their origin community, mainly in the care of childhood, by starting schools.

Keywords: Portuguese education – state and education – “the Brazilians”

O Estado e seus fins

Dentre as grandes transformações que se processam na segunda metade do século XIX europeu, duas nos interessam neste trabalho, como referências para a construção argumentativa: a formação do Estado liberal e a montagem dos sistemas nacionais de ensino, embora a implementação de ambos tenha ocorrido de forma variada nos diferentes países europeus, bem como no restante do mundo ocidental.

O processo de construção do sistema público de instrução será concomitante e complementar ao de afirmação do Estado. No confronto que se estabelece na realidade europeia

* Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Professor do Instituto de História e dos Programas de Pós-Graduação em História e em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Email: wenceslau@ufu.br.

a instrução tornar-se-á uma peça fundamental, como mecanismo formador do cidadão e elemento gerador e multiplicador do progresso. Nesse sentido, “los Estados europeos asumen desde principios del siglo XIX una estrategia de creación del sistema público de educación como uno de los medios más eficaces de competir en el nuevo espacio político representado por las relaciones entre Estados nacionales” (BENITEZ, 1997, p. 40). E o controle e a manutenção do poder, representados pelo domínio do Estado, estarão umbilicalmente ligados ao mecanismo da sua legitimação que deverá ser igualmente submetido e utilizado em prol dos interesses dominantes. E esse se torna uma realidade desde o início do século XIX:

Lo que queda y perdura [pós Napoleão] – y eso es lo determinante – es, entre otras cosas, esa gran maquinaria del Estado que obsesionaría por igual a todos los políticos y cuya conquista se convierte en su objetivo principal. Y la educación será instrumento principalísimo de control y reproducción de esa macroestructura estatal (BARREIRO RODRÍGUEZ, 2005, p. 69).

O avanço da instrução pública em Portugal, no entanto, diferencia-se do que ocorre nos países europeus mais avançados. Entre 1850 e 1900 o Estado português consegue apenas um crescimento discreto na alfabetização da população, passando de 15% para 25% (CANDEIAS, 2005, p. 483). O Estado, portanto, não foi competente na criação de um sistema público de ensino eficaz, suficiente para promover a escolarização da população. E se não foi capaz de o tornar realidade, busca soluções fora dos seus domínios, conclamando, por exemplo, a iniciativa privada para complementar a ação do Estado. Há um esforço para incorporar os particulares, ao qual muitos respondem com a criação de escolas, doação de livros e material escolar, mas os seus resultados não serão muito diferentes dos que foram conseguidos pelo sistema público.

A iniciativa privada na instrução portuguesa

A percepção da importância da educação na preparação do povo para uma nova realidade, se encontrava presente no ideário das elites portuguesas. No entanto, a importância dada à escola neste contexto a projeta não apenas como dever do Estado, “mas também que seja vista como um dever das populações” (TORGAL & VARGUES, 1997, p. 82). O que remete o encargo dos negócios da instrução para além das obrigações do Estado, podendo chamar, para secundá-lo, a iniciativa privada (com ou sem fins lucrativos), as instituições filantrópicas, etc. Observando que em vários países que já haviam equacionado o problema da educação nos seus territórios na segunda metade do século XIX, a iniciativa particular havia cumprido importante papel, D. António da Costa (1870, p. 58) anota: “Ao inverso de todas as nações cultas, em

Portugal o estado é o elemento principal da instrução primaria, enquanto a localidade e a iniciativa particular são o incidente”.

E o Estado irá se utilizar dessa brecha para se desresponsabilizar parcialmente das suas obrigações. Em um ofício circular de número 2, de março de 1874, enviado ao Administrador do Concelho de Mafra, o Governo Civil de Lisboa apresenta uma série de considerações sobre a necessidade de abertura de escolas nas freguesias dos concelhos, conclamando a autoridade administrativa para providenciar com as Juntas de Paróquia, Irmandades, Confrarias os edificios e mobiliários necessários para a implantação das escolas. E adiciona uma recomendação que representa a implementação de um novo campo da caridade filantrópica, atendendo às presentes necessidades da sociedade europeia no século XIX:

Convém outro sim que n'este empenho se consiga a iniciativa dos particulares, e o seu auxilio, e por conseguinte deve V. Senhoria procurar trazer em favor d'esta interessante cauza o amparo dos homens de bôa vontade e protegidos da fortuna, no Concelho a cargo de V. Senhoria, buscando ensejo de levar ao seu conhecimento, pela fôrma que julgar mais adequada, quanto a caridade que liberaliza o pão do espirito aos desherdados dos meios de os adquirirem é pelo menos digna da mesma consideração que os poderes publicos tributam á caridade que se apressa em acudir ás victimas da doença, da miseria, ou d'outras desgraças, e que tão viva e desvelada se mostra sempre entre nós¹.

No entanto, a forma de atuação encontrada em Portugal, para D. António da Costa (1870, p. 86), não é a forma mais acertada. O Estado deveria assumir uma atitude mais participativa, oferecendo subsídios, complementando o esforço privado, etc. O que seria necessária era uma parceria, envolvendo o Estado, os Concelhos municipais e a iniciativa privada, o que não teria ocorrido.

Os “brasileiros” de Portugal

Uma forma singular de criação de escolas foi executada pelos emigrados que retornavam a Portugal ou que, de longe, enviavam contribuições para a concretização de obras desse teor ou para outros destinos caritativos. Nesse grupo, na documentação consultada, sobressaem os “brasileiros”, aqueles que se deslocaram para o Brasil, onde conseguiram fazer fortuna, desejosos de por alguma forma retribuir à terra pátria, na forma de melhoramentos sociais, uma parte da riqueza obtida.

¹ Arquivo Municipal de Mafra, Caixa: 5 – Ofícios Circulares – Século XIX Pasta: Instrução Pública – Freguesia de Mafra (não foi preenchido o campo com a data do ofício).

O exemplo mais conhecido e significativo da presença da iniciativa particular “brasileira”, voltada para a instrução popular é o do legado do Conde de Ferreira em 1866, no valor de 144:000\$000 réis, resultando numa rede que abrangia todo o país, conhecida como Escolas Conde de Ferreira. No seu testamento (apud COSTA, 1900, p. 197-8), foi explicitado:

Convencido de que a instrução publica é um elemento essencial para o bem da sociedade, quero que meus testamenteiros mandem construir e mobilar cento e vinte casas para escolas primarias de ambos os sexos nas terras que forem cabeças de concelho, sendo todas por uma mesma planta e com accomodação para vivenda do professor.

Neste caso, o Estado português dará rápido apoio à execução do legado. O testamento do Conde é de 15 de março de 1866 e o governo já em 27 de junho traz à luz um decreto de El Rei D. Luiz, regulamentando sua implementação, no qual, após estabelecer várias prescrições relativas às expropriações de terrenos e tratar das responsabilidades, acrescenta no seu artigo quinto:

São auctorisadas as camaras municipaes para contratar, nos termos legaes, com os testamenteiros do fallecido conde de Ferreira, a construcção de edificios e o fornecimento de mobilia para o estabelecimento de escolas de ensino primario, mandadas fazer em cumprimento da disposição testamentaria do mesmo conde. § unico. Os instrumentos d’estes contratos serão lavrados pelos escrivães das respectivas camaras municipaes².

Apesar do estímulo governamental e do empenho das Câmaras, o processo de construção das escolas foi tumultuado, principalmente pela carência de recursos financeiros, que não foram complementados pelo poder central. Como exemplo, temos a escola de Mafra, que levou 8 anos entre a aceitação da oferta pela municipalidade e a sua inauguração. O impacto local dessas iniciativas deve ter sido grande, a julgar pela descrição pormenorizada, feita por D. António da Costa (1885, p. 168-169), de uma inauguração:

Está Gontinhães toda em festa no dia 9 de janeiro de 1881, arcos, bandeiras, foguetes, musicas; as familias ás janellas desconhecem a sua propria terra. No extremo, acabada de edificar e mobilar quasi sobre uma collina, bafejada de ar puro, cheia de luz, com optimas condições hygienicas, lá se ergue uma ampla escola, coroada de seu campanario, ornada de mappas, quadros, provida de todos os utensilios, com um bom terreno annexo e habitação para o professor, tudo a expensas do caritativo Antonio Manuel Alves do Rego. São nove horas. Á estação vão esperar a camara municipal de Caminha, por entre musica e vivas, os graduados e o povo da localidade. Em seguida dirige-se o prestito para a escola. Nas proximidades d’ella, Alves do Rego, após quarenta e sete annos de trabalhar em paiz estrangeiro, e ‘almejando, palavras suas, por voltar á patria para fazer algum beneficio a bem do paiz’, adianta-se commovido, e,

² Arquivo Municipal de Mafra, Caixa: Escola Conde Ferreira, Pasta: Escola do Conde Ferreira – Documentos.

parando todos, offerece ao presidente da vereação uma chave de prata, dizendo-lhe: – ‘Sr. Presidente da camara, tenho a honra de lhe entregar esta chave para abrir aquellas portas á instrucção d’esse povo, a fim de nunca mais se fecharem’. E dos olhos rolaram-lhe lagrimas. O presidente abraçou o doador e abriu a porta. Entraram todos. Ouviu-se então um viva unanime. Sobre cento e cincoenta analphabetos, cegos de ignorancia, rompia o primeiro raio do sol que ia alumiar Gontinhães. O templo escolar da sua civilisação festejava entre recitações e applausos a estreia da educação local.

A extensa citação se justifica pelos detalhes do cerimonial, demonstrando o poder que se creditava à educação no destino dos portugueses. Estão presentes vereadores e graduados, mas a escola que Gontinhães nunca teve advém de um donativo externo, de alguém que teve dali sair no passado e que agora retorna trazendo benefícios. Além da caridade, o que poderia motivar esses cidadãos? Acreditamos que a necessidade de reconhecimento social, para além do sucesso econômico, complementa a compreensão: da terra natal, pelo benefício recebido; do governo, pela concessão de títulos e comendas distribuídos aos que responderam à conclamação do Estado e juntaram-se à causa da instrução.

E essas iniciativas beneméritas de “brasileiros” se multiplicam. Em 30 de março de 1889, o sub-inspector Jeronymo M; Guerra, de Vianna do Castello, comunica ao Director Geral da Instrucção Publica: “Recolho agora mesmo da Freguezia de Outeiro, onde, como a V. Ex^a. dissera opportunamente, fui assistir á vistoria de um bonito edificio escolar e bella mobilia – tudo mandado construir por Manuel Antonio Painhas, cidadão portuguez, natural d’aquella freguezia, mas residente no Brasil”³.

Neste caso, a documentação não menciona honraria concedida ao dito cidadão. No entanto, deve ter recebido sua homenagem, pelo que se depreende de outras situações, não havendo razões para se duvidar de um comportamento único por parte do governo em situações desse tipo. Em 12 de dezembro de 1887, um ofício do Ministério do Reino ao Governador Civil de Braga, envolvendo a localidade de Villa do Prado, Concelho de Villa Verde, referindo-se à “inauguração solemne d’um edificio grandioso mandado construir pelo Commendador Antonio José de Souza Lima, residente no Brazil”, que já mantivera um curso noturno e fornecera livros para os alunos, determina tornar pública a gratidão do Estado: “Há por bem o mesmo Augusto Senhor Ordenar que, em seu Real Nome, o Governador civil do districto de Braga transmitta ao alludido Commendador os louvores de que o torna digno o seu patriotico empenho em auxiliar

³ Direcção Geral de Instrucção Publica, maço 157. Torre do Tombo.

tão poderosamente os progressos do ensino, promovendo a illustração dos povos da localidade, que lhe foi berço”⁴.

Neste exemplo, vemos clara a intenção do Estado de premiar com honrarias as iniciativas filantrópicas, mas não oferece qualquer ajuda material para a continuidade da obra. O Estado estimulava a iniciativa particular mas não oferecia meios econômicos em seu auxílio. E solicitações ocorreram, ainda que simbólicas em alguns casos, como podemos ver na situação a seguir.

Em ofício de 18 de dezembro de 1884, o Governador Civil do Districto da Guarda informa ao Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios do Reino, sobre os serviços prestados por Damião Francisco Alves de Moura, destacando-se a construção de escolas para os sexos feminino e masculino na freguesia de Avelans da Ribeira, Concelho da Guarda, de onde o dito Damião era natural, obra que contou também com importantes contribuições de amigos do bemérito residentes no Brasil. Depois de se referir a alguns problemas encontrados por Damião de Moura, “mormente por não ter protegido pretensões de professores que tinham mais em vista gozarem a boa morada que se lhes deparava, do que ensinarem sciencia que ignoravam”, alerta que o mesmo cidadão “já em tempo solicitou do Governo de Sua Magestade alguns livros para tal fim [formar uma biblioteca escolar], mas esse pedido não foi attendido até hoje”. E encerra demonstrando o merecimento do cidadão a algum tipo de galardão:

Por todos estes beneficios prestados á causa da instrucção por tam benemerito cidadão... [desejo] que o Governo de Sua Magestade encontre n’estas informações base segura para galardoar devidamente aquelle cidadão, tam digno de respeito e consideração. E n’esta occasião permittame V. Ex.^a. que eu junte o meu pedido ao d’este benemerito para que V. Ex.^a. se digne condecorar-lhe alguns livros para a bibliotheca d’aquellas escolas, como elle tanto deseja⁵.

Noutro ofício, de 22 de abril de 1885, o mesmo Governador Civil, respondendo ao Ministério do Reino sobre qual “mercê honorifica” deveria ser concedida a Damião de Moura, volta aos livros, informando que “este benemerito nada quer para si, e só pede sejam fornecidos pela imprensa nacional alguns livros para a biblioteca da eschola que edificou na sua aldeia de Avelans da Ribeira”. Esclarece que Damião “já é commendador da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo”, que se trata de “homem muito modesto e muito inteligente: ganhou uma fortuna de 60 a 70 contos no Brazil”, e finaliza: “Em visto do que [tenho]

⁴ Direcção Geral de Instrucção Publica, Caixa 10. Torre do Tombo.

⁵ Direcção Geral de Instrucção Publica, maço 155. Torre do Tombo. Os documentos indicados à frente, referentes a este processo, encontram-se todos neste mesmo maço.

exposto, parece-me que V. Ex.^a. faria justiça sollicitando uma portaria de louvor para este benemerito cidadão”. E a esperada homenagem será anunciada em portaria do Ministério do Reino, de 28 de abril de 1885:

Há por bem o mesmo Augusto Senhor Determinar que o Governador Civil do Districto da Guarda transmitta ao mencionado Commendador os merecidos louvores pelos esforços e donativos, que tão digna e generosamente empregara na realização d’um melhoramento, do qual devem resultar grandes beneficios para a instrucção dos povos d’aquella localidade.

A homenagem veio, mas os livros, ao que parece, não.

Para se dimensionar melhor a extensão dos esforços despendidos por esses beneméritos, examinemos o discurso de Damião de Moura, quando da inauguração da escola feminina de Avelans da Ribeira, em 29 de junho de 1879. Seis anos de esforços teriam sido usados para fornecer

[...] o pão do espirito ás creanças d’ambos os sexos filhas d’esta terra que me viu nascer, e á qual amo depois da familia. [...] ella é o alimento espirital da mocidade; cultiva-nos a intelligencia e nos eleva na escala social, segundo o grau de aproveitamento de cada um. Espero, portanto, que no animo de vós todos entrará a convicção de que o homem ou a mulher instruidos, teem superioridade em maximo grau sobre o ignorante e o analphabeto.

Vemos aí a crença no poder transformador da instrução e sua indicação como mecanismo de mobilidade social, remetendo a responsabilidade pelo sucesso na vida ao esforço de cada um no interior da escola. E, ao destacar a superioridade do alfabetizado, podemos compreender essa referência à preparação tanto para a vida como para o trabalho.

Em seguida, chama a atenção para alguns problemas da educação portuguesa do século XIX: preparação de professores e descaso dos pais para enviar filhos à escola. Quanto ao primeiro, Damião de Moura no seu discurso parece pressentir problemas, mas vê com clareza que a função da instrução, sob a ótica do Estado, estava mais relacionada à legitimação da ordem do que à promoção efetiva do educando, para o que moral e religião são mais essenciais:

A professora a quem vai ser confiada a infancia feminina d’esta terra, se não poder infundir-lhe grandes conhecimentos litterarios, ministrar-lhe-ha os necessarios para poderem conhecer, a seu tempo os beneficios que á sociedade em geral advem da instrucção por mais limitada que ella seja, e tenho fé que hade ensinar-lhe regras de moral e religião que, a serem seguidas, hão-de produzir bons fructos no futuro.

Sobre o segundo, dada a necessidade dos pais de utilizar os filhos nos afazeres domésticos, o mesmo Damião verbera: “resta só que os cidadãos d’esta freguezia que teem filhas, as matriculem na respectiva aula, exhortando-os eu a que façam frequentar assiduamente, excluindo-as de certos trabalhos rudes em que até aqui as empregavam, nos quaes muitas vezes adquirem habitos nocivos ao corpo e á alma”.

Mas os problemas vão além. Em cartaz datado de 31 de dezembro de 1886, Damião de Moura presta homenagem aos doadores que participaram da construção da escola. Ao final, coloca uma “nota”, chamando a atenção para os obstáculos colocados por algumas pessoas:

Afim de que os presentes e vindouros d’esta freguezia possam ter na devida conta as pessoas que na erecção d’estas casas se empenharam consoante as forças de cada um, devo aqui registrar que em todos os seus moradores encontrei apoio á realisação do meu empenho, e ardente desejo, menos no rev.^{do} parocho Antonio Lucio da Fonseca, de certa época em diante, como já o demonstrei pelos jornaes da cidade da Guarda, e no cidadão Estevão dos Martyres Pimentel, que, não obstante uma propriedade contigua á pedreira, que estava de relva, pertencer ainda a seu sogro, prohibiu a passagem da pedra para a escola pela referida propriedade!!!

As exclamações que encerram a exposição nos mostram que as ações dos beneméritos construtores de escolas estavam longe de constituir unanimidade. Apesar do reconhecimento geral da importância e do poder da educação, os esforços não se realizavam de forma sistemática, integrando Estado, iniciativa privada e comunidades. Muitas diferenças políticas, religiosas, ideológicas se interpunham aos objetivos dos beneméritos, não sendo esses conflitos específicos do poder público.

Considerações finais

Nesta análise, percebemos a incompetência do Estado português na formação do sistema nacional de instrução pública e a tentativa de desresponsabilização parcial ao chamar a iniciativa privada para assumir conjuntamente a demanda popular pela instrução. Apesar dos resultados educacionais não parecerem alterados pela presença dessa iniciativa, os privados se fizeram, destacando-se entre eles os “brasileiros”.

Procuramos identificar as motivações para a realização dessas obras, que muitas vezes se escondem ou são pouco claras aos olhos do povo. De uma forma geral, percebemos que esses beneméritos buscam o reconhecimento social, representado pelo respeito da

população e pelas honrarias oferecidas pelo Estado. Mas existem também razões de ordem prática, como preparar mão-de-obra e legitimar interesses burgueses junto ao público operário.

Por outro lado, o Estado, talvez o segundo maior interessado no processo, atrás apenas das classes populares, praticamente se omite, não contribuindo efetivamente para a construção das escolas, limitando-se a estimular, regulamentar e distribuir comendas.

Referências bibliográficas

BARREIRO RODRÍGUEZ, Hermínio. “La experiencia histórica en los distintos países europeos”. In: BARREIRO, Herminio & TERRÓN, Aida. *La institución escolar: una creación del estado moderno*. Barcelona: Octaedro, 2005, p. 13-78.

BENITEZ, Manuel de Puelles. “Incidencia de los factores políticos en la génesis y configuración del sistema educativo español (1809-1836)”. In: ESCOLANO, Agustín & FERNANDES, Rogério (ed.). *Los caminos hacia la modernidad educativa en España y Portugal (1800-1975)*. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques, 1997, p. 35-67.

CANDEIAS, António. “Modernidade, educação, criação de riqueza e legitimação política nos séculos XIX e XX em Portugal”. *Análise Social*, Vol. XL, n. 176, Outono 2005, p. 477-498.

COSTA, António da. *A Instrução Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870.

COSTA, António da. *Auroras da instrução pela iniciativa particular*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1885.

COSTA, António da. *Historia da instrução popular em Portugal: desde a fundação da monarchia até aos nossos dias*. Porto: Editor Antonio Figueirinhas, 1900.

TORGAL, Luís Reis & VARGUES, Isabel Nobre. “O liberalismo e a instrução pública em Portugal”. In: ESCOLANO, Agustín & FERNANDES, Rogério (ed.). *Los caminos hacia la modernidad educativa en España y Portugal (1800-1975)*. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques, 1997, p. 69-98.